

## Um povo, dois destinos

Rita do Val (\*)

*A possibilidade de a Coreia do Norte participar, em fevereiro, dos Jogos de Inverno de PyeongChang, na Coreia do Sul, abre uma perspectiva para a retomada do diálogo entre dois Estados que abrigam o mesmo povo*

É algo a ser buscado, mesmo se tratando de avanço ainda tênue, muito distante de corrigir os equívocos verificados nos antecedentes históricos que levaram à cisão do país asiático e suas graves consequências. A separação da Coreia, perpetrada pelos Estados Unidos e a então União Soviética, no contexto do final da Segunda Guerra, teve o pretexto, politicamente correto, de libertá-la do jugo japonês, que remontava ao Século 19.

Liberdade, contudo, não definiu a nova condição da península, cuja divisão atendeu à disputa imperialista entre as duas grandes potências militares emergentes do grande conflito mundial. Norte-americanos e soviéticos, sem perguntar aos coreanos, decidiram separar um povo, sua cultura, costumes, espiritualidade e até famílias, com a instituição de dois estados com regimes políticos diferentes e ambos divergentes da base sociológica contida no confucionismo, que, independentemente de religião, é - ou foi... - a essência da organização social do povo coreano.

A sequência da história, todos conhecemos: desenvolvimento do Sul, com democracia e capitalismo moderno, mas sempre com a presença de pesada força militar dos Estados Unidos, com bases fortemente armadas e continente numeroso de soldados, que jamais abriram mão de sua presença e vigilância na Península da Coreia; deterioração política e econômica no Norte, onde uma ditadura hereditária, hoje comandada pelo inconsequente Kim Jong-un, tira o pão e oferece armas nucleares à sociedade, como símbolo de um nacionalismo ufanista, unicamente destinado a sustentar uma estrutura anacrônica de

poder.

A União Soviética já não existe, a Rússia não tem mais qualquer interesse no regime norte-coreano e a China preocupada com sua inserção econômica global, mantém o discurso de apoio, mas se mostra cada vez menos disposta a bancar o "aliado" num eventual conflito bélico. O ditador da Coreia do Norte tem agora a obsessão de tornar o país uma potência nuclear. Megalomania que encontrou respaldo à altura após a posse de Donald Trump na Presidência da República. Um choque de egos que resuscitou o fantasma de uma guerra atômica, que há muito não assustava a humanidade.

Com certeza, a presença militar dos Estados Unidos, a marcante influência desses países na democracia do Sul e sua permanente interferência nas relações entre os dois estados da península dificultam a retomada do diálogo. É certo que a ditadura do Norte justifica permanente atenção, mas na medida certa, para que o entendimento entre os dois lados tenha mais chance. A Coreia do Norte está isolada do mundo, distanciando-se até mesmo dos antigos aliados; a Coreia do Sul está totalmente alinhada à civilização global, mas segue submetida a uma forte influência de seu protetor Tio Sam, por mais que se tente disfarçar isso.

A divisão do país foi um erro resultante do braço de ferro da Guerra Fria. É chegada a hora de corrigir esse equívoco histórico, permitindo que o povo coreano, jamais cindido em sua alma, essência e cultura, possa dialogar com mais autodeterminação. Sem a lógica ocidental nas negociações, quem sabe predomine a sabedoria de Confúcio e se possa chegar a um entendimento, mesmo tendo em um dos lados a insanidade de Kim Jong-un.

É preciso "dar uma chance à paz", como cantou o imortal John Lennon nos anos 60, clamando pelo fim da Guerra do Vietnã, resultante, aliás, da mesma disputa imperialista que separou povos e lhes impôs diferentes destinos.

(\*) - É coordenadora do curso de Relações Internacionais da Faculdade Santa Marcelina (FASM).

## Torcedor que direcionar laser para atletas será punido

Everson Rachadi



O direcionamento de um fecho de laser contra os olhos de um atleta não se caracteriza como um ato civilizatório.

O torcedor que utilizar laser ou similar para atrapalhar a visão ou concentração de atleta em treinamento ou competição poderá ser impedido de comparecer a eventos esportivos por até dois anos. É o que determina texto substitutivo da senadora Simone Tebet (PMDB-MS) ao projeto apresentado pelo ex-senador Lobão Filho. A matéria está pronta para votação na CCJ. "O direcionamento de um fecho de laser contra os olhos de um atleta não se caracteriza, em primeiro lugar, como um ato civilizatório", afirma Simone Tebet.

Para a senadora, se a conduta for motivada para interferir no resultado das competições, já se constitui em "procedimento reprovável" e quem a pratica "não confia no poderio esportivo da sua própria agremiação". "Mas esse ato não se restringe ao momento do gol. Quem o

faz pode causar sequelas que vão além das quatro linhas ou do tempo de jogo, pois o laser tem potencial para provocar danos na visão não raras vezes irreversíveis" acrescenta a senadora.

Além de modificar o Estatuto de Defesa do Torcedor, o texto original também sugere alterar o Código Penal para tornar crime de atentado contra a segurança de transporte aéreo a conduta de direcionar laser contra os olhos de pilotos de avião, com pena de detenção de seis meses a dois anos. No entanto, no entendimento de Simone Tebet, a proposta é dispensável, pois essa conduta se configura como uma forma de expor a perigo uma aeronave, crime já previsto no artigo 261 do Código Penal, com pena idêntica à estabelecida pelo projeto (Ag.Senado).

# Congresso Nacional terá que analisar 19 vetos após o recesso

Uma das missões do Congresso Nacional na volta dos trabalhos legislativos, em fevereiro, é examinar os vetos da Presidência da República a projetos aprovados em 2017

Ao todo, já são 19 vetos na pauta, onze deles publicados durante o recesso parlamentar. Um dos vetos mais polêmicos é o que instituiu o Refis para micro e pequenas empresas.

O programa de refinanciamento, permitido às empresas optantes pelo Simples, havia sido aprovado pelo Senado. O texto abrangia débitos vencidos até novembro de 2017 e exigia pagamento de, no mínimo, 5% do valor da dívida, sem descontos, em até cinco parcelas mensais e sucessivas. O restante poderia ser quitado em até 175 parcelas, com redução de 50% dos juros, 25% das multas e 100% dos encargos legais.

O veto do presidente Temer foi ao projeto inteiro. A justificativa é de que a medida fere a Lei de Responsabilidade Fiscal ao não prever a origem dos recursos que cobririam os descontos. A decisão foi criti-



Ao todo, já são 19 vetos na pauta, onze deles publicados durante o recesso parlamentar.

cada por parlamentares e pelo presidente do Sebrae, Guilherme Afif Domingos, ao afirmar que a intenção é trabalhar para que o Congresso derrube o veto presidencial enquanto o Ministério da Fazenda estuda uma solução para o impasse

e econômico da medida.

Também foi vetado pelo presidente, dessa vez parcialmente, o texto que tratava do Programa de Regularização Tributária Rural. O projeto, aprovado no Senado em dezembro de 2017, permitiu a

renegociação das dívidas de produtores rurais. Temer vetou 24 dispositivos do texto, entre eles o aumento de 25% para 100% de desconto das multas e encargos sobre os débitos acumulados com o Funrural (Ag.Senado).

## José Bonifácio, Patrono da Independência

O estadista José Bonifácio de Andrada e Silva passou a ser considerado oficialmente o Patrono da Independência do Brasil. É o que determina a Lei 13.615/2018, publicada na sexta-feira (12) no Diário Oficial da União. A lei tem origem no projeto Câmara, aprovado em dezembro de 2017 no Senado Federal.

Para o relator do projeto na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), senador Antonio Anastasia (PSDB-MG), embora José Bonifácio seja considerado como o arquiteto do processo de independência (consolidado em 1822), faltava ainda "o reconhecimento oficial por parte do Estado brasileiro".

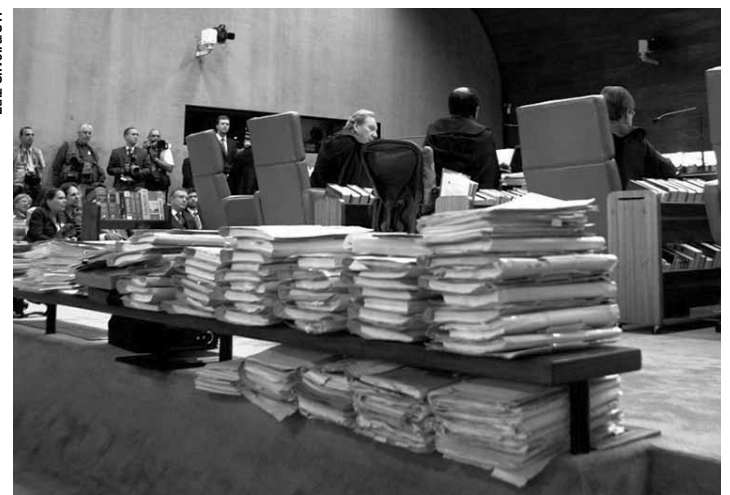
"Esteve na vanguarda da luta autonomista. Em 1821, quando a Corte portuguesa determinou que Dom Pedro retornasse a Portugal, Bonifácio escreveu-lhe uma carta solicitando que ficasse no Brasil. Certamente deve-se à influência dele a adesão de Dom Pedro à causa. Há autores inclusive que consideram que foi graças à sua orientação que a independência se deu sem choques", afirmou Anastasia (Ag.Senado).

## Com 95 milhões de processos, proposta tenta desafogar Judiciário

O senador Cidinho Santos (PR-MT) apresentou à Comissão de Constituição e Justiça do Senado seu relatório favorável à aprovação da proposta determinando que caberá ao Estado brasileiro estimular a adoção de métodos extrajudiciais na solução de conflitos. Cidinho alega que a aprovação da norma irá ao encontro de outro princípio constitucional, o que trata da "duração razoável do processo".

"Ao estimular a desjudicialização, o Estado não apenas reduz o número de processos, como economiza recursos públicos e possibilita a satisfação dos jurisdicionados com respostas mais eficientes", argumenta o senador. São citados pelo senador os dados do CNJ, cujos números apontam a tramitação hoje de cerca de 95 milhões de processos pelas diversas instâncias da Justiça brasileira.

O autor da proposta é Vicentinho Alves (PR-TO), que entende que o aumento progressivo de processos judiciais e a falta de estrutura do Poder Judiciário têm demonstrado que o direito fundamental de



Cada magistrado tem hoje uma carga média de 5.918 processos por ano.

acesso à Justiça, na prática, é ineficaz.

"É da cultura da sociedade brasileira o culto ao litígio, justamente pela ausência de espaços institucionais voltados à comunicação de pessoas em conflito", afirma o senador na justificativa.

Em dezembro o Senado aprovou a indicação do juiz Francisco Luciano de Azevedo para compor o CNJ. Durante a sabatina, ele afirmou que o CNJ e o Poder Legislativo devem

manter seus esforços de fortalecimento das abordagens alternativas na resolução de conflitos. O Judiciário caminha para tornar-se "ingovernável" devido ao enorme acúmulo de processos, e quem vai perder caso este quadro se consolide é o cidadão brasileiro. Para ele, "atacar a raiz da questão" significa evitar o excesso de judicialização e a cultura do litígio, priorizando cada vez mais a arbitragem, a mediação e a conciliação (Ag.Senado).

## Trump nega ter chamado Haiti e países africanos de "buracos de m..."

O presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, afirmou na sexta-feira (12) ter utilizado "uma linguagem dura" na sua conversa com senadores sobre a lei migratória, mas negou ter se referido a El Salvador, Haiti e a países africanos como "buracos de m...". "A linguagem utilizada por mim foi dura, mas essa não foi a linguagem empregada. O que foi realmente duro foi a extravagante proposta feita, um grande passo atrás para o DACA", escreveu o presidente americano em sua conta do Twitter, ao comentar o Programa de Ação Diferida (DACA), que protege jovens imigrantes chegados aos EUA quando crianças.

Segundo informou o jornal The Washington Post, Trump classificou El Salvador, Haiti e vários países africanos como "buracos de m...", e sugeriu que preferiria receber nos Estados Unidos mais imigrantes da Noruega, o que provocou uma nova onda de indignação e



Presidente dos Estados Unidos, Donald Trump.

acusações de racismo. Em outra mensagem no Twitter, Trump reforçou que quer "um sistema migratório baseado no mérito e gente que ajudará a levar nosso país ao próximo nível".

"Quero segurança para nossa gente. Quero deter a entrada em massa de drogas", acrescentou Trump, reiterando assim a necessidade do muro fronteiriço com o México. De acordo com o Post, que cita fontes presentes na reunião, Trump teria questionado os legisladores sobre "por que temos toda esta gente de países (que são um) buraco de m... vindo aqui?".

O presidente americano teria reagido assim quando dois senadores lhe apresentaram um projeto de lei que outorgaria vistos a alguns dos cidadãos de países que foram retirados recentemente do programa de Status de Proteção Temporária (TPS), como El Salvador, Haiti, Nicarágua e Sudão (ABR/EFE).

## Charutos de Fidel Castro são leiloados por US\$ 27 mil

Uma caixa de charutos cubanos, autografada por Fidel Castro, foi leiloadada por US\$ 26,5 mil, na última quinta-feira (11), em Boston, nos Estados Unidos. De acordo com o "RR Auction", empresa que mantém autógrafos, documentos e manuscritos, a caixa contém 24 charutos da marca

"Trinidad e Fundadores".

Além disso, o artigo vem acompanhado de uma foto do ex-líder, e possui um selo de garantia da República de Cuba. Os charutos da marca "Trinidad Fundadores" foram especialmente fabricados para Fidel, a partir dos anos 1980. E, até 1998, as únicas caixas au-

torizadas a saírem de Cuba eram doadas a pessoas de cargos oficiais no exterior.

Naquele ano, a marca estreou como exportação oficial cubana. Mas a caixa vendida a Boston foi exportada em 2002 e autografada a pedidos da filantropa norte-americana Eva Heller (ANSA).



Para veiculação de seus Balanços, Atas, Editais e Leilões neste jornal, consulte sua agência de confiança, ou ligue para

TEL: 3106-4171 Fax: 3107-2570

www.netjen.com.br

